

Harris elaborou uma metodologia de análise para a Antropologia que foi denominada de materialismo cultural, baseando-se na premissa de que a vida social humana é uma resposta aos problemas práticos da existência terrena e dando ênfase à relação entre produção, reprodução e ecologia, enquanto se mostrava contrário às formulações que partem das idéias, valores morais e crenças para compreender os fenômenos sociais. Embora isto coincida com a teoria de Marx, há uma distância do materialismo dialético, ao excluir a idéia hegeliana de que todos os sistemas evoluem através de uma dialética de negociações contraditórias e ao acrescentar a pressão reprodutora e variações ecológicas ao conjunto das condições materiais a serem estudadas. Seus pressupostos epistemológicos estão nas tradições filosóficas de David Hume e no empirismo britânico.

Com esse modelo teórico, Harris e Ross apresentam no livro *Death, Sex, and Fertility*, uma análise sobre o controle da fecundidade e da mortalidade em sociedades pré-industriais. Consideram o problema desde o Paleolítico até o momento atual nos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, procurando demonstrar como a reprodução humana é sempre mediada culturalmente e como ela está interligada à produção dos bens indispensáveis à sobrevivência. Nesse sentido, eles argumentam que a infra-estrutura dos sistemas sócio-culturais é constituída de um modo de produção e de um modo de reprodução que seriam mutuamente determinantes, com causalidades interligadas na construção das relações sociais humanas, proporcionando a conjunção de interface demográfica, tecnológica, econômica e ecológica entre cultura e natureza.

Haveria então uma "racionalidade" ou "otimização" nos diversos grupos para a regulação de natalidade, que não residiria necessariamente na consciência dos indivíduos de cujo comportamento agregado constitui o fato demográfico da sociedade. Mas a relação de nascimentos e mortes tenderia a refletir pressões bio-culturais para pesar os custos e benefícios de reprodução para indivíduos e/ou grupos, para minimizar os primeiros e maximizar os últimos.

A partir desse raciocínio, os autores procuram demonstrar como os caçadores-coletores articulavam a sua capacidade reprodutiva com a sua capacidade produtiva. Sofrendo as pressões impostas pelos problemas de obtenção de alimentos, eles não podiam sustentar uma população densa nem períodos prolongados de crescimento demográfico. A fisiologia reprodutiva seria muito afetada pela carência nutricional, mas, além disso, as mulheres deveriam praticar o infanticídio com freqüência, diante dos custos que existiriam para transportar imaturos, enquanto se deslocavam na área à procura de alimentos ou em busca de novos campos de habitação.

Em seguida, os autores mostram como o modo de produção agrário, que surgiu há 10.000 anos, influenciou o modo de reprodução dos grupos humanos, com o sedentarismo, com a origem da desigualdade social, através da apropriação diferenciada dos meios de produção, com a alteração do sistema de custos e benefícios de criar filhos e com a redução do papel da mulher na produção.

Quando surgiu o Estado, teria havido pressão reprodutiva devido à intensificação da produção agrícola, estratificação social crescente, militarismo e expansão terri-

---

\* Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

torial. Com isso, os estados primitivos teriam políticas de população fortemente natalistas, para manter a dinâmica expansionista de seus sistemas econômicos. Para satisfazer os interesses da classe dominante, as instituições do estado, seculares e/ou religiosas, induziram os camponeses a serem "prolíficos e múltiplos", embora os camponeses tivessem outros interesses reprodutivos. Assim, nessa época, além do infanticídio, as pessoas usavam métodos de contracepção e o aborto, desafiando as políticas natalistas que se tentava lhes impor.

Os autores analisam também como o capitalismo mercantil, a expansão colonial e a crise econômica na Europa do século XVI repercutiu no comportamento reprodutivo. Foi um período de alta frequência de abandono de crianças e de infanticídio direto e indireto, especialmente de meninas. Eles destacam o papel do controle da mortalidade infantil não porque acreditem que seja a forma mais importante de regulação de população nos estados pré-industriais, mas porque este reconhecimento abre uma nova perspectiva sobre alguns elementos confusos da teoria de transição demográfica. Para eles, a Revolução Industrial foi acompanhada por um crescimento demográfico expressivo com a redução da mortalidade infantil, não porque tivesse havido naquela época avanços na medicina e higiene pública nem que a classe trabalhadora tivesse acesso a mais alimentos. Harris e Ross acreditam que o declínio inicial da mortalidade teria ocorrido pela moderação dos controles de mortalidade infantil (uma "nurturance" mais positiva) como resposta dada pelas famílias a um novo balanço de custos e benefícios de criar filhos, gerados pelo trabalho assalariado nas indústrias para as crianças.

O modo de produção capitalista industrial criou uma contradição entre o papel reprodutivo e produtivo da mulher ao distanciar o seu local de trabalho da sua residência. Assim, num segundo momento, surgiu o movimento para controlar conscientemente a fertilidade, através dos métodos anticoncepcionais cuja produção e comercialização haviam se tornado um grande negócio. E, quando o governo inglês, em 1870, proibiu o trabalho infantil e instituiu a escolaridade obrigatória, houve uma alteração radical no balanço de custos e benefícios de criar filhos, motivando os casais para redução de sua prole.

Os autores ainda analisam o papel dos países centrais para interferir no comportamento reprodutivo dos países periféricos, otimizando os seus interesses materiais e políticos diante dos pressupostos dos custos e benefícios da reprodução e partir do modo de produção vigente nas áreas dependentes de tecnologia e de capitais.

Finalizando, esse livro sistematiza dados etnográficos que contestam referências sobre fertilidade e mortalidade "naturais" entre sociedades primitivas, que vinham assegurando uma sub-estimação do grau de intervenção humana na capacidade reprodutiva na pré-história e em períodos mais recentes. Isto é feito com uma considerável coerência ao analisar a correlação existente, nos diversos grupos humanos entre produção e reprodução, proporcionando um modelo analítico para outros pesquisadores que estejam interessados em elucidar as interferências de um determinado sistema sócio-econômico na regulação da natalidade e na política populacional.

# RAÍZES Nº 6

JANEIRO 86 / MARÇO 88

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

- Bruno Lautier:** Trabalho assalariado, socialização do trabalhador e estatuto da força de trabalho . . . . . 5
- Reinaldo Antonio Carcanholo:** Crítica à idéia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho . . . . . 19
- Manoel Luiz Malaguti:** Marxistas e neoclássicos: uma confrontação metodológica . . . . . 33
- Élbio Troccoli Pakman:** As conceitualizações do subdesenvolvimento e seus desdobramentos . . . . . 49
- Raimundo Santos:** O pequeno investimento como política de desenvolvimento regional: notas sobre as experiências do governo de Allende . . . . . 61
- Norma Montalvo de Soler:** A agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtos . . . . . 75

### RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nelson Werneck Sodré:** Modos de Produção no Brasil (Érico Alberto de A. Miranda) . . . . . 107
- Noberto Bobbio:** O Conceito de Sociedade Civil (Raimundo Santos). 111

Pede-se permuta.  
Pidese canje.

On demande échange.  
We ask for exchange

Man bittet um Austausch.  
Si richiede lo scambio